

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Cultura,
Comunicação, Juventude e Desporto

Deputado Paulo Cavaleiro

S. Bento, 5 de dezembro de 2025

Assunto: audição urgente do Ministro da Presidência, Dr. António Leitão Amaro, do Conselho de Administração da VASP e da Direção da Associação Portuguesa de Imprensa, sobre a anunciada suspensão, em janeiro de 2026, da distribuição de imprensa em oito distritos do interior do país.

O setor da distribuição de imprensa em Portugal depara-se, neste momento, com um dos episódios mais graves das últimas décadas, após a comunicação pública da VASP, Distribuidora de Publicações, que informa que a empresa está a reavaliar, com a fortíssima possibilidade de suspensão, já a partir de 2 de janeiro de 2026, a distribuição diária de jornais e revistas em oito distritos do interior, a saber, Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Vila Real e Bragança.

Esta eventual decisão, amplamente noticiada por meios de comunicação social como, por exemplo, entre outros, o Notícias ao Minuto¹, o Expresso², o ECO³ e o SOL⁴ e, igualmente,

¹ Vide <https://www.noticiasao minuto.com/economia/2899490/vasp-avalia-ajustamentos-na-distribuicao-da-imprensa-em-oito-distritos>

² Vide <https://expresso.pt/economia/2025-12-04-maior-parte-do-interior-pode-ficar-sem-distribuicao-diaria-de-jornais-e-revistas-vasp-reaquaciona-rotas-em-oito-distritos-3728c897>

³ Vide <https://eco.sapo.pt/2025/12/04/vasp-ameaca-deixar-de-distribuir-jornais-em-oito-distritos/>

⁴ Vide <https://sol.sapo.pt/2025/12/04/vasp-corta-jornais-no-interior-do-pais/>

referida pelo Sindicato dos Jornalistas⁵, representa um risco real e sem precedentes para o acesso à informação em vastas áreas do território nacional e compromete diretamente a coesão social e territorial, o pluralismo informativo e o próprio exercício do direito constitucional à informação, colocando o interior, uma vez mais, em situação de desvantagem estrutural.

A VASP, responsável pela quase totalidade da distribuição nacional, invoca razões de sustentabilidade económica, nomeadamente a diminuição das vendas em papel, o aumento dos custos operacionais e a ausência de soluções estruturais por parte do Estado, reconhecendo expressamente que a interrupção do serviço afetará um direito consagrado na Constituição e um pilar essencial da democracia, acrescentando que se trata “[...] de um risco elevado para a cultura, para a coesão nacional e para a qualidade da democracia, aumentando o abandono do português lido e escrito [...]”.⁶

Esta afirmação, inédita pela sua gravidade, exige esclarecimento urgente por parte da tutela governamental, tanto mais que a distribuição de imprensa constitui uma condição indispensável para a sobrevivência de inúmeros meios regionais e locais, que já se encontram em situação financeira crítica, e para os quais a perda de acesso aos seus leitores seria absolutamente devastadora.

Simultaneamente, a Associação Portuguesa de Imprensa (API) veio alertar para a degradação progressiva do modelo de distribuição e para a necessidade de o Governo assumir uma política pública estável, previsível e eficaz nesta matéria e, esta mesma semana, veio exigir medidas urgentes para se conseguir assegurar a distribuição da imprensa em territórios de baixa densidade populacional.⁷

A situação atual demonstra que esses alertas não foram devidamente considerados, sendo urgente compreender que contactos existiram, que medidas foram ponderadas e que

⁵ Vide <https://jornalistas.eu/vasp-deixa-varios-distritos-sem-jornais/>

⁶ Vide <https://eco.sapo.pt/2025/12/04/vasp-ameaca-deixar-de-distribuir-jornais-em-oito-distritos/>

⁷ Vide <https://apimprensa.pt/api-exige-medidas-urgentes-para-a-distribuicao-da-imprensa-em-territorios-de-baixa-densidade-populacional/>

informação detém o Governo sobre o risco iminente de milhares de cidadãos serem privados do acesso regular à imprensa.

A título de exemplo, refira-se que o Presidente da Câmara de Vila Real, o Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC) e os municípios de Beja já vieram exigir a tomada de medidas imediatas pelo Governo para assegurar a distribuição da imprensa nos seus territórios.⁸

Atendendo a que as políticas públicas relativas à área da Comunicação Social se encontram sob a responsabilidade do Ministro da Presidência, Dr. António Leitão Amaro, que já veio a público declarar que “[...]qualquer solução pública que ajude a assegurar a distribuição de imprensa no território nacional implicará sempre mecanismos concorrenciais e não passar cheques a uma empresa em concreto [...]”⁹, e considerando a gravidade institucional, política e democrática desta situação, entende o Grupo Parlamentar do CHEGA que esta Comissão deve promover, com carácter de urgência, a audição do membro do Governo responsável, bem como do Conselho de Administração da VASP e da Direção da Associação Portuguesa de Imprensa, a fim de prestar todos os esclarecimentos necessários sobre as causas, consequências e soluções possíveis para evitar a criação de vastas zonas do território nacional sem distribuição de jornais e revistas.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA requerem a realização de audição urgente do Senhor Ministro da Presidência, Dr. António Leitão Amaro, do Conselho de Administração da VASP e da Direção da Associação Portuguesa de Imprensa, a fim de a fim de serem prestados os devidos esclarecimentos e esclarecerem esta Comissão sobre a anunciada reconfiguração das rotas de distribuição de imprensa e sobre as implicações desta decisão para o setor da comunicação social, para o direito constitucional à informação e para a coesão territorial de Portugal.

⁸ Vide <https://observador.pt/2025/12/05/municipios-de-beja-exigem-medidas-do-governo-para-haver-distribuicao-de-jornais/> e <https://www.dn.pt/sociedade/autarca-de-vila-real-apela-a-medidas-imediatas-para-impedir-reduo-de-jornais-no-interior>

⁹ Vide <https://eco.sapo.pt/2025/12/04/governo-responde-a-vasp-solucao-para-distribuir-jornais-nao-passa-por-cheque-a-empresa-em-concreto/>

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA

Pedro Pinto – Patrícia Carvalho – Daniel Teixeira – Jorge Galveias – Sónia Monteiro – Marcus
Santos